

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Data da atualização: 19.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Decreto de 05 de junho de 2012</u>	Dispõe sobre a criação do Parque Nacional da Furna Feia, nos Municípios de Baraúna e Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
<u>Portaria nº 186, de 21 de maio de 2012</u>	Cria Comissão Técnica no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.
<u>Lei complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.</u>	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
<u>Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.</u>	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nº s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
<u>Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012</u>	Proteção da vegetação nativa.

<u>Portaria nº 332, de 25 de agosto de 2011</u>	Reconhecer o Mosaico da Amazônia Meridional, localizado na região limítrofe entre os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia
<u>Portaria nº 245, de 11 de julho de 2011</u>	Reconhecer o Mosaico Carioca, abrangendo as áreas localizadas no Estado do Rio de Janeiro
<u>Portaria nº 492, de 17 de dezembro de 2010</u>	Reconhece o Mosaico do Extremo Sul da Bahia
<u>Portaria nº 489, de 17 de dezembro de 2010</u>	Reconhecer o Mosaico da Foz do Rio Doce, localizada no Estado do Espírito Santo
<u>Portaria nº 483, de 14 de dezembro de 2010</u>	Reconhecer o Mosaico do Baixo Rio Negro, abrangendo as unidades de conservação localizadas no Estado do Amazonas.
<u>Portaria nº 482, de 14 de dezembro de 2010.</u>	Instituiu procedimento para reconhecimento de mosaicos no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, conforme o art. 8º do <u>Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.</u>
<u>Portaria nº 481, de 14 de dezembro de 2010</u>	Reconhecer o Mosaico Mico-Leão-Dourado, localizado no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Portaria nº 444, de 26 de novembro de 2010</u>	Reconhecer como mosaico de unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, o Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral
<u>Portaria nº - 423, de 12 de novembro de 2010</u>	Instituir, no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, a Comissão Técnica sobre Recifes de Coral, com a finalidade de elaborar subsídios para um Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral
<u>Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.</u>	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
<u>Instrução Normativa nº 01, de 25 de junho de 2009</u>	Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS da Caatinga e suas formações sucessoras, e dá outras providências.
<u>Portaria nº 128, de 24 de abril de 2009</u>	Reconhecer o Mosaico de Unidades de Conservação Sertão Veredas - Peruaçu

<p><u>Instrução Normativa MMA nº 06, de 23 de setembro de 2008</u></p>	<p>Reconhece como espécies da flora brasileira ameaçada de extinção aquelas constantes do Anexo I e reconhece como espécies da flora brasileira com deficiência de dados aquelas constantes do Anexo II a esta Instrução.</p>
<p><u>Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.</u></p>	<p>Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</p>
<p><u>Portaria nº 351, de 11 de dezembro de 2006</u></p>	<p>Reconhece como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Mantiqueira, o Mosaico Mantiqueira, abrangendo as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento: I - do Estado do Rio de Janeiro</p>
<p><u>Portaria nº 350, de 11 de dezembro de 2006</u></p>	<p>Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da Mata Atlântica Central Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, o Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense</p>
<p><u>Portaria MMA nº 349, de 11 de dezembro de 2006</u></p>	<p>Reconhece como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Bocaina, o Mosaico Bocaina, abrangendo as seguintes unidades de conservação, localizadas no Vale do Paraíba do Sul, litoral do Estado do Rio de Janeiro e litoral norte do Estado de São Paulo.</p>
<p><u>Portaria MMA nº 182, de 22 de maio de 2006</u></p>	<p>Cria, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas - SBF, com caráter consultivo, o Fórum Brasileiro pela Extinção Zero.</p>
<p><u>Portaria MMA nº 150, de 8 de maio de 2006.</u></p>	<p>Cria o Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo as seguintes unidades e suas zonas de amortecimento localizadas no litoral sul do Estado de São Paulo e no litoral do Estado do Paraná.</p>
<p><u>Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.</u></p>	<p>Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências (<u>Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e PNAP</u>).</p>
<p><u>Portaria nº 274, de 22 de setembro de 2005</u> (continuação)</p>	<p>Aprova o Regimento Interno do Comitê Nacional das Zonas Úmidas, na forma do Anexo a esta Portaria.</p>
<p><u>Portaria nº 76, de 11 de março de 2005</u></p>	<p>Criar um Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serra das Confusões, no Estado do Piau.</p>

<u>Deliberação CONABIO nº 25, de 22 de setembro de 2004</u>	Institui a Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de Extinção e de Espécies Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade.
<u>Decreto 5.153, de 23 de julho de 2004</u>	Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM.
<u>Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004</u>	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
<u>Instrução Normativa MMA nº 05, de 21 de maio de 2004</u>	Reconhece como espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação os invertebrados aquáticos e peixes constantes dos Anexos da presente Instrução Normativa. (alterada pela Instrução Normativa MMA nº 52, de 08 de novembro de 2005)
<u>Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003</u>	Sistema Nacional de Sementes e Mudas
<u>Instrução Normativa MMA nº 03, de 28 de maio de 2003</u>	Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da lista anexa à presente Instrução Normativa, considerando apenas anfíbios, aves, invertebrados terrestres, mamíferos e répteis.
<u>Decreto nº 4.519, de 13 de dezembro de 2002</u>	Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 3.842, de 13 de junho de 2001</u>	Promulga a Convenção Interamericana para a Proteção e a Conservação das Tartarugas Marinhas, concluída em Caracas, em 1o de dezembro de 1996.
<u>Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.</u>	Regulamenta o art. 225, § 1o , incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências.
<u>Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998</u>	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
<u>Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998</u>	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

<u>Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997</u>	Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.
<u>Portaria IBAMA nº 37-N, de 03 de abril de 1992</u>	Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.
<u>Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.</u>	Dispõe sobre a política agrícola.
<u>CRFB/88 - Art. 225</u>	Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
<u>CRFB/88 - Art. 23, incisos VI e VII</u>	É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.
<u>CRFB/88 - Art. 129, inciso III.</u>	São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
<u>Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.</u>	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências
<u>Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</u>	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
<u>Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.</u>	Criação de estações ecológicas e áreas de proteção.
<u>Portaria IBAMA nº 1522, de 19 de Dezembro de 1989</u>	Espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção.

<u>Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967</u>	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
--	---

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei nº 2.318, de 22 de setembro de 1994.</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar a Reserva Ecológica de Ilha Grande, nos seguintes termos.
<u>Lei nº 2.195, de 17 de dezembro de 1993.</u>	Institui a Área de Proteção Ambiental - APA - da Ilha do Camembê, na Baía de Guanabara, no município do Rio de Janeiro.
<u>Lei nº 2.189, de 5 de dezembro de 1993.</u>	Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental – APA - Tijuca, no município do Rio de Janeiro.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br